


ESTADO DE SANTA CATARINA	 PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE PROJETOS	

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 002, DE ABRIL DE 2024.

“Estabelece os procedimentos para instalação de equipamentos do tipo cremalheira em passeio público e outras providências.”

Considerando a Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú, em seu Artigo 82, inciso II, que diz: “Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários, Diretores e chefes: II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos”.

Considerando ABNT NBR 9050:2020 - Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, em seu item 6.12.5 em que consta obras sobre o passeio: As obras eventualmente existentes sobre o passeio devem ser convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima livre de 1,20 m para circulação, garantindo-se as condições de acesso e segurança de pedestres e de pessoas com mobilidade reduzida; observando-se em caso de desníveis todos os itens pertinentes desta norma, ex: rampas e corrimãos.

Considerando Lei 301/74 – Código de obras e Edificações do Município de Balneário Camboriú em seu Art.490 – que cita: § 1º Os tapumes jamais poderão avançar mais de um terço (1/3) da largura do passeio, nem estar distantes do meio-fio menos de um (1) metro. § 3º - Até 10 (dez) dias após a concretagem da 2ª (Segunda) laje, o tapume deverá ser recuado para alinhamento predial, a fim de permitir o livre trânsito de pedestres."

Considerando que as novas construções deverão respeitar Lei 2686/06 ("Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Balneário Camboriú"), ou seja, o Plano Diretor vigente.

Considerando que, alguns passeios públicos foram estabelecidos anterior a Lei 2686/06, desta forma possuem largura insuficiente conforme critérios estabelecidos para acessibilidade – NBR9050.

Considerando Lei 300/74 – Institui o código de Normas e Instalações Municipais, revogando a Lei nº62/67, e dá outras providências: Art. 114 - É proibido, sob pena de multa: f) depositar nas vias públicas objetos que impeçam ou dificultem o trânsito.

Considerando NR 16200 – Norma Brasileira para Elevadores de canteiros de obras para pessoas e materiais com cabina verticalmente guiada.

RESOLVE:

Art. 1º :Para efeitos desta Instrução Normativa entende-se:

CREMALHEIRA: é um dispositivo de transporte de pessoas e materiais que se deslocam verticalmente, utilizados por pessoas autorizadas em locais de obras, contendo uma cabina, que funciona por meio da movimentação de engrenagens, e que são acionados por um motor freio de velocidade.

Art. 2º: Fica obrigatório para a autorização do uso do passeio com cremalheiras :

§ 1º Apresentação de croqui indicando as medidas do passeio público, tapume e a localização da cremalheira com as suas respectivas dimensões.

§ 2º Deverá apresentar Alvará válido para obra/reforma.

§ 3º Deverá apresentar memorial descritivo indicando o período de início e fim do uso do passeio.

§ 4º A documentação deverá ser enviada através de protocolo aos cuidados do Departamento de Fiscalização de obras e posturas.

§5º Esta documentação será analisada pelo Departamento de Fiscalização de Obras, podendo em alguns casos ser solicitada a complementação.

Art. 3º: O equipamento de transporte vertical possui algumas restrições a respeito de sua localização para instalação; Para a construção do poço de elevador em passeio público deverá ser levado em consideração as dimensões especificadas pelo fabricante ou empresa responsável por sua instalação. O local da instalação deverá ser livre de vias pluviais e fiação elétrica, uma vez que neste solo recebe toda a sustentação do equipamento, além da necessidade de espaço para movimentação.

Parágrafo único: Na impossibilidade da instalação da cremalheira no passeio, ocasionando a redução do percurso da travessia, deverá apresentar autorização do trânsito viabilizando parte do uso da via para assegurar travessia com largura mínima de 1,20 m para circulação de pedestre.

Art. 4º: Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária
Rubens Spernau



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CB04-4D63-F595-536C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RUBENS SPERNAU (CPF 496.XXX.XXX-00) em 02/04/2024 16:09:08 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/CB04-4D63-F595-536C>